



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

++++++
++++++
++++++
++++++
++++++

Sicoob Administradora de Consórcios Ltda.

30 de junho de 2026

sicoob.com.br

Índice



Relatório da Administração.....	3
Relatório do Auditor.....	5
Balanço patrimonial	8
Demonstração do resultado.....	9
Demonstração do resultado abrangente.....	10
Demonstração das mutações no patrimônio líquido.....	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Demonstração consolidada dos recursos de consórcio	13
Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios	14
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis.....	15
Nota 1 – Contexto operacional.....	15
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis – Individuais	15
Nota 3 – Resumo das principais práticas contábeis.....	18
Nota 4 – Conciliação do Patrimônio Líquido – Adoção inicial da Resolução BCB nº 352/2023.....	27
Nota 5 – Disponibilidades.....	28
Nota 6 – Ativos financeiros.....	28
Nota 7 – Outros ativos	31
Nota 8 – Imobilizado	32
Nota 9 – Intangível – softwares	32
Nota 10 – Outros passivos.....	33
Nota 11 – Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes.....	33
Nota 12 – Patrimônio líquido.....	34
Nota 13 – Receitas de prestação de serviços	35
Nota 14 – Despesas tributárias	35
Nota 15 – Ativo Fiscal diferido, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	35
Nota 16 – Despesas de pessoal.....	37
Nota 17 – Outras despesas administrativas.....	38
Nota 18 – Outras receitas operacionais	38
Nota 19 – Outras despesas operacionais	39
Nota 20 – Transações com partes relacionadas	39
Nota 21 – Outras informações da Administradora	40
Nota 22 – Principais práticas contábeis para grupos de consórcios.....	40
Nota 23 – Aplicações financeiras – Grupos	43
Nota 24 – Gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital	43
Nota 25 – Resultados não recorrentes.....	44
Nota 26 – Eventos subsequentes	44
Composição da diretoria	45

Cenário Macroeconômico

Durante o primeiro semestre de 2026, o ambiente econômico foi caracterizado pela manutenção de níveis elevados de atividade, mercado de trabalho resiliente e inflação acima da meta, refletindo pressões provenientes dos preços de energia, alimentos e serviços, além de um cenário internacional marcado por incertezas geopolíticas e maior volatilidade dos mercados. Nesse contexto, as expectativas de inflação permaneceram pressionadas e contribuíram para a manutenção de condições monetárias restritivas, com taxas de juros em patamares elevados ao longo do período.

Para o restante de 2026 e ao longo de 2027, as perspectivas permanecem desafiadoras. Embora a economia brasileira deva continuar apresentando crescimento positivo, espera-se uma desaceleração gradual da atividade em função do elevado custo do crédito e das condições financeiras mais restritivas. Adicionalmente, a persistência das pressões inflacionárias, associada às incertezas fiscais e ao cenário externo, sugere a manutenção de taxas de juros elevadas por período prolongado. Nesse ambiente, a Administração permanece atenta aos riscos e oportunidades decorrentes do cenário macroeconômico, preservando foco na gestão prudente da liquidez, do capital, da rentabilidade e da qualidade dos ativos.

Sicoob Administradora de Consórcios

O Sicoob Consórcios é uma empresa pioneira no segmento de consórcios, fundada em 1972, com histórico de 54 anos de mercado brasileiro. Em 2011, passou a ser controlada pelo Banco Sicoob e, com isso, redirecionou a comercialização de seus produtos aos cooperados do Sicoob, operando com consórcios em todos os segmentos autorizados pelo Banco Central (veículos leves, imóveis, motos, serviços, veículos pesados e outros bens móveis). O Sicoob Consórcios encerrou o 1º semestre de 2026 com 579.918 cotas ativas e carteira total administrada de R\$ 77,07 bilhões em cotas de consórcios.

Com o lucro líquido de R\$ 68,1 milhões no 1º semestre de 2026, o Sicoob Consórcios se apresenta como uma empresa sólida e segue avançando em um mercado bastante competitivo.

Performance

O Sicoob Administradora de Consórcios encerrou o 1º semestre de 2026 com ativos totais consolidados de R\$ 1,4 bilhão (2º semestre/2025 – R\$ 1,2 bilhão), registrando um aumento de 16,67% em relação ao semestre anterior.

No 1º semestre de 2026, o Sicoob Administradora de Consórcios contava com 579.918 cotas ativas (1º semestre/2025 – 447.880) e 34.449 bens entregues (1º semestre/2025 – 29.582), gerando um crescimento de 29,48% e 16,45%, respectivamente, em relação ao período anterior.

O lucro líquido do 1º semestre de 2026 foi de R\$ 68,1 milhões, com retorno anualizado de 22,79% sobre o patrimônio líquido (ROE), o que reflete o bom desempenho do Sicoob Consórcios, tanto em comercializações como em incremento da carteira.

Agradecimentos

Aos nossos consorciados, agradecemos a confiança na administração dos seus recursos. Ao conglomerado por todo suporte negocial despendido à Administradora. Às cooperativas centrais e singulares do Sicoob pelo trabalho executado em parceria, principalmente pela comercialização dos produtos de consórcios e aos nossos colaboradores pela dedicação e compromisso.

A Administração



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Quotistas
Sicoob Administradora de Consórcios Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Sicoob Administradora de Consórcios Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2026 e a demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Sicoob Administradora de Consórcios Ltda.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

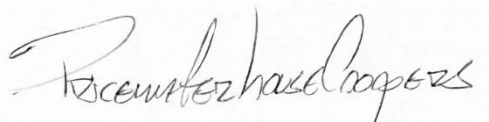
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Sicoob Administradora de Consórcios Ltda.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Brasília, 19 de agosto de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

Ativo	Nota	30/06/2026	31/12/2025	Passivo e patrimônio líquido	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Circulante e não circulante		1.377.572	1.217.192	Circulante e não circulante		614.141	521.937
Disponibilidades	5	742	492	Outros passivos	10	609.831	518.418
Ativos financeiros ao custo amortizado (CA)	6(a)	76.537	54.422	Obrigações sociais e estatutárias		481	950
Rendas a receber – taxa de administração		7.156	6.550	Obrigações fiscais e previdenciárias		53.611	71.794
Aporte aos grupos		1.730	1.734	Taxa de administração recebida antecipada		494.187	408.297
Aquisição de cotas de consórcios		67.651	46.138	Outros		61.552	37.377
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	6(b)	455.306	515.298	Provisões	11	1.877	1.292
Títulos privados de instituições financeiras		455.306	515.298	Provisões para contingências		1.877	1.292
Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)	6(c)	5	1.773	Obrigações fiscais diferidas	15	2.433	2.227
Cotas de fundos de investimentos		5	1.773	Outras obrigações fiscais diferidas		2.433	2.227
(-) Provisões para perdas esperadas/incorridas assoc. ao risco de crédito	6(a4)	(8.301)	(7.814)				
Rendas a receber – taxa de administração		(6.571)	(6.080)				
Aporte aos grupos		(1.730)	(1.734)				
Outros ativos	7	829.196	638.145	Patrimônio líquido		763.431	695.255
Impostos e contribuições a compensar/recuperar		44.763	70.621	Capital Social	12(a)	549.058	549.058
Despesas antecipadas		771.270	555.683	Reservas de lucros	12(b)	214.373	146.197
Outros		13.163	11.841				
Ativo fiscal diferido	15	23.366	14.434				
Imobilizado	8	718	438				
Imobilizações de uso		1.855	1.728				
(-) Depreciações acumuladas		(1.137)	(1.290)				
Intangível	9	3	4				
Ativos intangíveis		748	1.187				
(-) Amortizações acumuladas		(745)	(1.183)				
Total do ativo		1.377.572	1.217.192	Total do passivo e do patrimônio líquido		1.377.572	1.217.192

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sicoob Administradora de Consórcios Ltda.
Demonstração do resultado
Semestres findos 30 de junho de 2026 e 2025
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Nota	1º semestre de 2026	1º semestre de 2025
Receitas da intermediação financeira		34.732	33.326
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez		681	-
Resultado com títulos e valores mobiliários	6(b)	34.051	33.326
Receitas Operacionais		291.544	335.687
Receitas de prestação de serviços	13	275.423	324.436
Recuperação de encargos e despesas		38	147
Outras receitas operacionais	18	16.083	11.104
Despesas Operacionais		(220.338)	(257.318)
Despesas de pessoal	16	(8.796)	(9.069)
Outras despesas administrativas	17	(131.907)	(196.320)
Despesas tributárias	14	(42.630)	(48.892)
Outras despesas operacionais	19	(37.005)	(3.037)
Provisões		(1.279)	(2.339)
Provisões/(reversões) perdas esperadas/incorridas	6(a4)	(487)	(1.719)
Provisões/(reversões) para contingências		(792)	(620)
Resultado operacional		104.659	109.356
Resultado não operacional		(25)	(38)
Outras despesas não operacionais		(25)	(38)
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações		104.634	109.318
Imposto de renda e contribuição social	15	(35.897)	(37.329)
Imposto de renda		(32.755)	(27.912)
Contribuição social		(11.868)	(10.131)
Ativo/passivo fiscal diferido		8.726	714
Participação dos empregados no resultado		(561)	(450)
Lucro líquido do semestre		68.176	71.539
Quantidade de cotas no final do semestre		549.058	549.058
Lucro por cota – R\$		0,12	0,13

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota	1º semestre de 2026	1º semestre de 2025
Lucro líquido do semestre		68.176	71.539
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do semestre		68.176	71.539

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sicoob Administradora de Consórcios Ltda.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Semestres findos 30 de junho de 2026 e 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Nota	Capital social	Reserva Legal	Reserva Especial de lucros	Lucros/prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		447.115	13.022	101.943	-	562.080
Adoção inicial Resolução BCB 352/23	4	-	-	-	(1.036)	(1.036)
Aumento de capital	12(a)	101.943		(101.943)	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	71.539	71.539
Destinações propostas:						
Reserva de lucros	12(b)	-	3.577	67.962	(71.539)	-
Saldos em 30 de junho de 2025		549.058	16.599	67.962	(1.036)	632.583
Saldos em 31 de dezembro de 2025		549.058	19.733	126.464	-	695.255
Lucro líquido do semestre					68.176	68.176
Destinações propostas:						
Reserva de lucros	12(b)	-	3.409	64.767	(68.176)	-
Saldos em 30 de junho de 2026		549.058	23.142	191.231	-	763.431

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sicoob Administradora de Consórcios Ltda.
Demonstração dos fluxos de caixa
Semestres findos 30 de junho de 2026 e 2025
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Nota	1º semestre de 2026	1º semestre de 2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		104.634	109.318
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		487	1.719
Depreciações e amortizações		125	126
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis		792	552
Outros		25	38
Mutações das contas patrimoniais			
Redução/aumento dos títulos e valores mobiliários		61.760	(43.419)
Aumento de outros créditos		29.882	24.401
Aumento de outros valores e bens		(215.587)	(69.839)
Redução das obrigações sociais e estatutárias		(468)	(548)
Redução das obrigações fiscais e previdenciárias		(53.289)	(51.315)
Aumento das obrigações diversas		108.712	58.436
Imposto de renda e contribuição social pagos		(36.395)	(29.400)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais		678	69
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado		(428)	(36)
Caixa líquido aplicado das atividades de investimentos		(428)	(36)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		250	33
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		492	185
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre		742	218
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		250	33

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sicoob Administradora de Consórcios Ltda.
Demonstração consolidada dos recursos de consórcio
 Em 30 de junho de 2026

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Nota	30/06/2026	31/12/2025	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		12.605.770	11.450.372	Circulante		12.605.770	11.450.372
Caixa e equivalentes de caixa		2.468	2	Outros passivos		12.605.770	11.450.372
Aplicações financeiras	23	5.326.767	4.754.243	Obrigações com consorciados		6.070.146	5.576.740
Outros ativos		7.276.535	6.696.127	Valores a repassar		104.805	94.800
Valores a receber	4	4	5	Obrigações por contemplações a entregar		3.617.315	3.199.970
Bens apreendidos ou retomados		9.961	8.043	Obrigações com a administradora		328	1.382
Direitos junto a consorciados contemplados		7.266.570	6.688.079	Recursos a devolver a consorciados		1.439.645	1.301.083
				Recursos do grupo		1.373.531	1.276.397
Compensação		71.645.601	66.184.415	Compensação		71.645.601	66.184.415
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		410.646	393.396	Recursos mensais a receber de consorciados		410.646	393.396
Contribuições devidas aos grupos		36.536.820	33.724.464	Obrigações do grupo por contribuições		36.536.820	33.724.464
Valores dos bens ou serviços a contemplar		34.698.135	32.066.555	Bens ou serviços a contemplar		34.698.135	32.066.555
Total geral do ativo		84.251.371	77.634.787	Total geral do passivo		84.251.371	77.634.787

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sicoob Administradora de Consórcios Ltda.
**Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades
de grupos de consórcios**
Semestres findos 30 de junho de 2026 e 2025
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	1º semestre de 2026	1º semestre de 2025
Disponibilidades no início do semestre	4.754.245	3.773.764
Caixa e equivalentes de caixa	2	110
Aplicações financeiras do grupo	1.554.273	1.223.136
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	3.199.970	2.550.518
(+) Recursos coletados	5.327.340	4.623.831
Contribuições para aquisição de bens	4.213.947	3.709.793
Taxa de administração	338.896	365.794
Contribuições ao fundo de reserva	109.195	104.883
Rendimentos de aplicações financeiras	458.851	342.542
Multas e juros moratórios	8.416	6.974
Prêmios de seguros	42.892	37.357
Custas judiciais	7.323	5.428
Reembolso de despesas de registro	17.114	14.717
Outros	130.706	36.343
(-) Recursos utilizados	4.752.350	4.136.663
Aquisição de bens	4.119.308	3.557.617
Taxa de administração	342.554	374.976
Multas e juros moratórios	4.194	3.489
Prêmios de seguros	43.449	37.334
Custas judiciais	4.880	3.578
Devolução a consorciados desligados	75.268	43.841
Despesas de registro de contrato	16.510	14.194
Outros	146.187	101.634
Disponibilidades no final do semestre	5.329.235	4.260.932
Caixa e equivalentes de caixa	2.468	2.106
Aplicações financeiras do grupo	1.709.452	1.343.003
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	3.617.315	2.915.823

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Nota 1 – Contexto operacional

O Sicoob Administradora de Consórcios Ltda. – Sicoob Consórcios (“Instituição” ou “Administradora”), antes denominada Ponta Administradora de Consórcio Ltda, é uma sociedade limitada unipessoal, que iniciou suas atividades em 3 de março de 1972 e está localizada no SIG, Quadra 01, Lote 985, Sala 302, Edifício Centro Empresarial Parque Brasília, CEP 70610-410, Setor de Indústrias Gráficas, Brasília/DF. A Instituição é controlada pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob. O objeto social é a constituição e a administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis, imóveis e serviços, sendo o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob seu principal parceiro na comercialização de seus produtos.

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis

a. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com observância às normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Administradora atende ao disposto nas Resoluções BCB 2/2020 e BCB 120/2021 e alterações posteriores.

Conforme requerido pelo Bacen, estão sendo apresentadas as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcios.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria em reunião realizada em 12 de agosto 2026.

b. Moeda Funcional e de Apresentação

A moeda funcional e a de apresentação das demonstrações contábeis é o Real (R\$).

c. Normas emitidas a serem aplicadas em períodos futuros

Resolução BCB nº 435/2024, O Banco Central do Brasil (BCB) emitiu a Resolução nº 435, de 28 de novembro de 2024, consolidando os critérios gerais para a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis individuais pelas administradoras de consórcio, pelas instituições de pagamento, pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e pelas sociedades corretoras de câmbio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A norma em referência determina a adoção dos Pronunciamentos Técnicos CBPS 01 e CBPS 02 emitidas pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade – CBPS. Estas normas se fundamentam nas normas internacionais IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao Clima, ambas emitidas pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB). A Resolução requer que, além das instituições registradas como companhias abertas, instituições líderes de conglomerado prudencial classificadas nos segmentos S1 ou S2 também são obrigadas a divulgar o "Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade", a partir do exercício de 2026. Destacamos a seguir, os principais requisitos dos pronunciamentos mencionados:

Pronunciamento Técnico – CBPS 01 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade

Essa norma estabelece um conjunto unificado de requisitos para a divulgação de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade. A IFRS S1 aborda diversos aspectos, como saúde, segurança do trabalho e proteção de dados, e se estrutura em quatro pilares fundamentais:

1. **Governança:** Estruturas de supervisão e responsabilidade sobre a sustentabilidade;
2. **Estratégia:** Impactos da sustentabilidade nos negócios no curto, médio e longo prazo;
3. **Gestão de Riscos:** Identificação, avaliação e mitigação de riscos relacionados à sustentabilidade;
4. **Métricas e Metas:** Indicadores utilizados para monitorar o desempenho e as metas estabelecidas.

Pronunciamento Técnico – CBPS 02 – Divulgações Relacionadas ao Clima

Com os mesmos pilares estruturais da IFRS S1, essa norma foca especificamente na divulgação de riscos e oportunidades climáticas. Seu objetivo é garantir uma avaliação integrada dos impactos climáticos sobre as empresas, evitando duplicação de informações e promovendo maior transparência na divulgação de riscos físicos e de transição associados às mudanças climáticas.

Para garantir conformidade com os novos requisitos, as empresas devem identificar temas materiais relevantes para o negócio e incorporá-los em seus planos estratégicos e financeiros, considerando os impactos tanto sobre a empresa quanto sobre o meio ambiente e a sociedade.

Essas normas representam um avanço significativo na padronização e na transparência das divulgações de informações no âmbito do ESG, garantindo maior comparabilidade e confiabilidade para investidores, reguladores e demais partes interessadas.

As normas estão sendo avaliadas pela instituição e para apoiar a implantação, foi contratada consultoria especializada. A norma entra em vigor a partir do exercício de 2028.

Resolução BCB nº 513/2025 – O Banco Central do Brasil (BCB) emitiu a Resolução BCB nº 513, de 21 de outubro de 2025, que estabelecem critérios e procedimentos contábeis relacionados à mensuração, reconhecimento, baixa e evidenciação de ativos e passivos de sustentabilidade pelas administradoras de consórcio, pelas instituições de pagamento, pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e pelas sociedades corretoras de câmbio. A adoção desta norma visa promover a atualização e o alinhamento das práticas contábeis do Sistema Financeiro Nacional aos padrões internacionais.

Essas normas estabelecem critérios específicos para identificação e tratamento contábil de instrumentos e obrigações associados a aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG), ampliando o nível de transparência e padronização das informações divulgadas pelas instituições financeiras.

Os impactos dessas regulamentações, incluindo a análise de eventuais ajustes em políticas contábeis, sistemas, controles internos e processos de divulgação estão sendo avaliados pela instituição e para apoiar a implantação das normas, foi contratada consultoria especializada. A referida norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.

A Lei Complementar nº 214 de 16 de janeiro de 2025, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023, institui os tributos IBS, CBS e IS, promovendo ampla reformulação no sistema tributário nacional. A nova legislação exigirá adaptações operacionais e contábeis, especialmente diante da unificação de tributos e da necessidade de interpretação clara sobre o conceito aplicados ao regime regular e financeiro.

A norma foi sancionada em 16/01/2025, com publicações complementares de operacionalização ao longo de exercício de 2026. A partir de 1º de janeiro de 2027 a 2033 haverá uma produção de efeitos de forma escalonada para dispositivos mais complexos, como os relacionados à transição tributária e à substituição integral de tributos antigos.

Não haverá alterações nas apurações de tributos em 2026. A instituição está acompanhando as discussões e aguarda regulamentações adicionais para avaliar os impactos da reforma tributária de forma específica principalmente questões operacionais para nova obrigação acessória.

Nota 3 – Resumo das principais práticas contábeis

a. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil requer que a Empresa use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a valorização de títulos e valores mobiliários, a provisão para perdas esperadas e incorridas associadas ao risco de crédito, a estimativa de realização dos créditos tributários e provisões para causas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência, utilizando-se o método de juros efetivos, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização.

As rendas não recebidas dos ativos caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) são reconhecidas mediante ao recebimento.

c. Receita de taxa de administração e despesa de comissão

• Receita de taxa de administração

As receitas de taxa de administração recebidas antecipadamente são apropriadas ao resultado pelo regime de competência conforme o prazo do contrato, refletindo a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca do serviço prestado, conforme disposições da Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021.

• Despesa de comissão

As despesas de comissão pagas antecipadamente são apropriadas ao resultado pelo regime de competência obedecendo o prazo do contrato.

Aquisição de cotas de consórcios

A Administradora, com o objetivo de oferecer uma alternativa ao consorciado cuja cota foi cancelada, seja por solicitação ou inadimplência, oferece a opção de aquisição dessa cota.

Esse processo prevê a aplicação de um deságio calculado de forma transparente e equitativa, com os seguintes objetivos:

- a) beneficiar os consorciados, oferecendo um deságio justo e uma alternativa competitiva ao mercado secundário;
- b) diminuir a comercialização de cotas no mercado secundário; e
- c) proporcionar aos consorciados que tiveram suas cotas canceladas, seja por solicitação ou inadimplência, uma alternativa de recebimento antes do término do grupo.

As cotas de consórcios canceladas/excluídas são adquiridas pela Administradora, registradas pelo valor negociado e apropriadas "*pro rata temporis*".

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e depósitos bancários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados para o gerenciamento dos compromissos de curto prazo.

e. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os direitos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias incorridos, calculadas "*pro rata temporis*", líquidas das devidas provisões, quando aplicável. As obrigações estão registradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações incorridos.

f. Instrumentos financeiros

I. Classificação dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Para determinar o modelo de negócios, a instituição avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros, ii) pela venda, ou por iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

II. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receita de intermediação financeira”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesa de intermediação financeira”, ao longo do prazo do respectivo contrato.

Ao valor justo em outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada "Ajuste de avaliação patrimonial", até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica "Resultado da intermediação financeira". Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial: são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica "Resultado líquido de juros", no período em que ocorrem.

Hierarquia do valor justo

Para os ativos financeiros mensurados a valor justo, os diferentes níveis foram definidos como segue:

Instrumentos Financeiros – Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados em mercado ativo na data do balanço.

Instrumentos Financeiros – Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

Instrumentos Financeiros – Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3, e o valor justo será apurado mediante técnicas de avaliação.

III. Reclassificação dos instrumentos financeiros

A Instituição não reclassificou seus ativos e passivos financeiros no período apresentado.

IV. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

g. Método de taxa efetiva de juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui as receitas e os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- Receita com tarifas e taxas atreladas a concessão das operações;
- Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações);
- Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

h. Provisão para perdas

I. Visão Geral

A instituição é investida do Banco Sicoob que integra o segmento prudencial "S2", dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adotou a metodologia completa.

Nessa metodologia, foram construídos modelos estatísticos de perdas esperadas e avaliados os pisos mínimos de provisionamento para operações em Estágio 3, baseados nos conceitos e diretrizes da Resolução BCB nº 352 de 2023.

A instituição analisa perdas esperadas, para os seguintes instrumentos financeiros:

- Títulos e valores mobiliários (mensurados a custo amortizado e "VJORA") e
- Outros ativos financeiros (mensurados ao custo amortizado).

II. Estágios

A instituição aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de ativo problemático considerada no modelo de perda estimada é estimada para os próximos 12 meses.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que não são caracterizadas como ativo em recuperação de crédito. Para esses casos, a perda esperada é estimada considerando a probabilidade do ativo torna-se problemático ao longo da vida esperada da operação.

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (ativo problemático). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:

- A PE calculada com base nos modelos internos da instituição; ou
- O piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB nº 352 de 2023 (anexo 1 da normativa – “Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos”).

III. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de inadimplemento para sua vida toda. Originalmente quando a operação é concedida pela instituição é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, a Instituição avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de não recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de ativo problemático), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias).

Em estágio 3 devem ser todos os contratos que têm evidência de problema de recuperação de crédito. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias em atraso, marcação de reestruturação ou quando o cliente possui características que evidencie dificuldade de pagamento como quando ele está em situação de recuperação judicial.

IV. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

Probabilidade de ativo problemático – PD: A PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento/torna-se problemático em uma janela de tempo determinada.

Perda dada ao ativo problemático – LGD: A LGD (*Loss Given Default*) corresponde ao percentual estimado de perda em caso de inadimplência de um associado, refletindo a parcela da exposição ao risco de crédito que não se espera recuperar após o evento de ativo problemático, considerando a realização de garantias, fluxos de recuperação e custos associados aos processos de cobrança.

Exposição ao ativo problemático – EAD: representa o montante da exposição ao risco de crédito no momento em que o ativo se torna problemático, abrangendo o saldo devedor contabilizado e eventuais compromissos assumidos, tais como limites de crédito não utilizados, os quais são ajustados por fatores de conversão apropriados

Adicionalmente, a Resolução BCB nº 352 de 2023, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos. Em outras palavras, as variáveis *forward looking* funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos.

i. Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando:

- Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Se houver algum indicativo e que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;
- Todas as operações enquadradas como reestruturadas.

É considerado reestruturação uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas, são arrastadas (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3.

Poderá não ocorrer o efeito arrasto nas ocasiões em que a Instituição apresentar os seguintes critérios:

- Operações cujo gerenciamento do risco de crédito é realizado de forma massificada;
- Instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

A instituição considera que o ativo financeiro deixará de ser problemático, se cumpridos os requisitos:

- I – Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- II – Manutenção de pagamento tempestivo de principal e de encargos por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações;
- III – cumprimento das demais obrigações contratuais por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações; e
- IV – Evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou modificadas, no caso de renegociação, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

As operações serão baixadas para prejuízo, quando estiver com:

- 100% de provisionamento; e
- Possuir quantidade de dias de atraso de acordo com as regras de produto.

Para fins de critérios de “cura”, a instituição considera as seguintes premissas:

- Inexistência de quaisquer dias de atraso.

j. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, às seguintes taxas anuais:

- Móveis e equipamentos de uso – 10%;
- Equipamentos de Informática – 20%.

k. Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem *softwares* adquiridos de terceiros e são amortizados a uma taxa anual de 20%.

l. Imposto de renda, contribuição social, ativos e passivos fiscais

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% quando aplicável, e a contribuição social, à alíquota de 9%, tendo por base de cálculo o lucro real na forma dos dispositivos legais vigentes. Com a edição da Medida Provisória nº 1.303, de 11 junho de 2025, não houve alteração de alíquota para CSLL para as administradoras de consórcios.

Os ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social foram calculados com base nas mesmas alíquotas descritas acima. Ambos foram reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução BCB nº 15/2020. A referida expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração, atualizado semestralmente.

O Sicoob Administradora optou pelo critério de tributação com base no lucro real anual, com o pagamento do imposto mensal. A Administradora apura e recolhe o PIS e o COFINS sobre o faturamento mensal, de acordo com as Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, e o ISS sobre a prestação dos serviços à alíquota de 5%, de acordo com o decreto 25.508/2005.

m. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal da Administradora ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009 que determina a observância do Pronunciamento Técnico 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

Ativos contingentes – Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Provisão para causas judiciais – São reconhecidas contabilmente, baseadas na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, e quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis, quando individualmente relevantes.

n. Pronunciamentos técnicos – CPCs

O Banco Central do Brasil aprovou a adoção dos seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC, que estão contemplados nas demonstrações contábeis:

- CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro – Resolução BCB nº 120/2021;
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução BCB nº 120/2021;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – Resolução BCB nº 2/2020;
- CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas – Resolução BCB nº 2/2020;
- CPC 06 (R2) – Arrendamentos – Resolução BCB nº 178/2022;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Resolução BCB nº 120/2021;
- CPC 24 – Evento Subsequente Resolução BCB nº 2/2020;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução BCB 9/2020;
- CPC 33 – (R1) – Benefícios a Empregados – Resolução BCB n.º 59/2020;
- CPC 41 – Resultado por ação – Resolução BCB n.º 2/2020;
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – Resolução BCB nº 120/2021 e
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente – Resolução BCB nº 120/2021.

Os demais Pronunciamentos Técnicos publicados serão adotados quando aprovada a sua adoção pelo Banco Central do Brasil.

Nota 4 – Conciliação do Patrimônio Líquido – Adoção inicial da Resolução BCB nº 352/2023

As diferenças nos saldos contábeis de ativos financeiros resultantes da adoção da norma foram reconhecidas no patrimônio líquido a partir de 1º de janeiro de 2025. O valor de R\$ 1.036 está composto pelo ajuste da provisão de perda esperada e incorrida sobre a taxa de administração e aporte aos grupos, líquidos dos efeitos tributários.

Conciliação do Patrimônio Líquido

Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024	562.080
Ajustes decorrentes da adoção inicial, líquidos de efeitos fiscais	(1.036)
Perda incorrida com aporte aos grupos de consórcios	(517)
Perda esperada/incorrida com taxa de administração a receber	(519)
Patrimônio líquido em 01/01/2025	561.044

Nota 5 – Disponibilidades

	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos bancários (i)	742	492
Total	742	492
Circulante	742	492

(i) Refere-se, em sua maior parte, a depósitos bancários junto ao Banco Sicoob, conforme divulgado na Nota 21(a).

Nota 6 – Ativos financeiros

a. Mensurados ao Custo Amortizado

	30/06/2026	31/12/2025
Rendas a receber – taxa de administração	7.156	6.550
Aporte aos Grupos	1.730	1.734
Aquisição de cotas de consórcios (i)	67.651	46.138
Total	76.537	54.422
Circulante	35.392	19.546
Não circulante	41.145	34.876

(i) Refere-se a recompra de cotas canceladas/excluídos adquiridas de consorciados.

a1. Classificação por estágios

	Saldo 31/12/2025	Aquisições/ liquidações	Saldo 30/06/2026	Provisão constituída líquida
Estágio 1				
Rendas a receber – taxa de administração (i)	220	72	292	44
Aquisição de cotas de consórcios (ii)	46.138	21.513	67.651	-
Total	46.358	21.585	67.943	44
Estágio 2				
Rendas a receber – taxa de administração (i)	344	69	413	107
Total	344	69	413	107
Estágio 3				
Rendas a receber – taxa de administração (i)	5.986	465	6.451	6.420
Aporte aos grupos (iii)	1.734	(4)	1.730	1.730
Total	7.720	461	8.181	8.150

(i) Não houve baixa para prejuízo no semestre;

(ii) Não houve movimentação de estágios e baixa para prejuízo no semestre; e

(iii) Não houve movimentação de estágios e baixa para prejuízo no semestre.

a2. Composição de rendas a receber – taxa administração

	30/06/2026	31/12/2025
Rendas a receber	7.156	6.550
(-) Perda esperada – rendas a receber	(807)	(721)
(-) Perda incorrida – rendas a receber	(5.764)	(5.359)
Total	585	470

a3. Composição de aporte aos grupos

	30/06/2026	31/12/2025
Aporte aos grupos	1.730	1.734
(-) Perda incorrida – aporte aos grupos	(1.730)	(1.734)
Total	-	-

a4. Movimentação das provisões para perdas esperadas/incorridas associadas ao risco de crédito

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo no início do período	7.814	5.632
Constituição/(reversão) perdas esperadas assoc. ao risco de crédito – rendas a receber – taxa administração	404	619
Constituição/(reversão) perdas incorridas assoc. ao risco de crédito – rendas a receber – taxa administração	87	612
Constituição/(reversão) perdas incorridas associadas ao risco de crédito – aporte aos grupos	(4)	951
Subtotal	487	2.182
Saldo no final do período	8.301	7.814

a5. Movimentação de estágios

	Saldo em 31/12/2025	Transferência para estágio 2	Transferência para estágio 3	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Atualização do bem	Saldo final em 30/06/2026
Estágio 1							
Rendas a receber – taxa de administração	220	(38)	(20)	55	26	49	292
Total	220	(38)	(20)	55	26	49	292

	Saldo em 31/12/2025	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 3	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Atualização do bem	Saldo final em 30/06/2026
Estágio 2							
Rendas a receber – taxa de administração	344	(55)	(81)	38	58	109	413
Total	344	(55)	(81)	38	58	109	413

	Saldo em 31/12/2025	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 2	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Atualização do bem	Saldo final em 30/06/2026
Estágio 3							
Rendas a receber – taxa de administração	5.986	(26)	(58)	20	81	448	6.451
Total	5.986	(26)	(58)	20	81	448	6.451

b. Mensurados ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

	30/06/2026					31/12/2025		
	Sem Vencimento	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado	Ajuste do custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste do custo atualizado
CDB – Banco Sicoob (i)	-	-	455.306	-	455.306	455.306	515.298	515.298
Total	-	-	455.306	-	455.306	455.306	515.298	515.298
Não circulante					455.306		515.298	

- (i) Referem-se a Títulos de Renda Fixa – CDB, emitidos pelo Banco Sicoob. Esses títulos possuem liquidez diária e marcação a mercado considerando taxa de mercado (100% CDI).

O resultado gerado por essas aplicações em CDB no 1º semestre de 2026 foi R\$ 34.051 (1º semestre/2025 – R\$ 33.326) em linha com o cenário de taxa de juros.

b1. Classificação por estágio

Estágio 1	Saldo em 31/12/2025	Aquisições/ liquidações	Saldo em 30/06/2026
CDB – Banco Sicoob (i)	515.298	(59.992)	455.306
Total	515.298	(59.992)	455.306

- (i) Não houve baixa para prejuízo, movimentação de estágios e nem constituição de provisão para perdas no período.

c. Mensurados ao Valor Justo no Resultado

	30/06/2026					31/12/2025		
	Sem Vencimento	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado	Valor do custo atualizado	Valor de mercado	Valor do custo atualizado
Cotas do Sicoob DI Fundo de Investimento Referenciado DI (i)	5	-	-	-	5	5	1.773	1.773
Total	5	-	-	-	5	5	1.773	1.773
Circulante					5		1.773	

- (i) Refere-se à aplicação dos recursos não procurados dos grupos encerrados que são remunerados pela renda fixa conforme Art. 10º § 2º da Resolução BCB 285/2023 – (Nota 10).

c1. Recursos não Procurados dos Grupos Encerrados

A Resolução BCB nº 156/2021 que entrou em vigor em 01.01.2022 estabelece que, na escrituração dos grupos de consórcio encerrados, as administradoras de consórcio devem registrar os recursos nas adequadas contas de compensação, com a exceção dos recursos não procurados constituídos antes da vigência da Lei nº 11.795/2008, os quais devem permanecer registrados no ativo e no passivo da Administradora.

	30/06/2026	31/12/2025
Instrumentos financeiros		
Cotas de fundos de Investimentos (i)	5	1.773
Compensação		
Valores aplicados pela administradora – recursos de grupos encerrados – FI e FICFI – Recursos não procurados	100.044	87.858
Total	100.049	89.631
Outros passivos		
Recursos não procurados – valores anteriores à Lei 11.795/2008 (Nota 10)	5	1.773
Compensação		
Valores aplicados pela administradora – recursos de grupos encerrados	100.044	87.858
Total	100.049	89.631

- (i) Em maio de 2026, a administradora realizou a transferência dos recursos não procurados para Fundo de Garantia de Operações (FGO), em cumprimento à Medida Provisória nº 1.355, de 4 de maio de 2026, e Portaria Normativa do Ministério da Fazenda nº 1.243, de 5 de maio de 2026 capítulo VI.

Nota 7 – Outros ativos

	30/06/2026	31/12/2025
Impostos e contribuições a compensar/recuperar (i)	44.763	70.621
Adiantamento e antecipações salariais	370	343
Despesas antecipadas (ii)	771.270	555.682
Impostos previstos – Aplicações Financeiras	8.820	6.825
Outros (iii)	3.973	4.674
Total	829.196	638.145
Circulante	63.449	98.575
Não circulante	765.747	539.570

- (i) Refere-se, principalmente, às antecipações do IRPJ e CS do período;
(ii) Refere-se principalmente às despesas de comissões pagas registradas pelo regime de competência conforme Resolução BCB nº 120/2021;
(iii) Refere-se, principalmente, aos valores a receber de cooperativas e depósitos em garantia.

Nota 8 – Imobilizado

	Mobiliário	Equipamentos de informática	Outros	Imobilizado Total
Saldos em 30 de junho de 2025	50	448	44	542
Aquisição	-	22	-	22
Alienação	(2)	-	-	(2)
Depreciação	(7)	(112)	(5)	(124)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	41	358	39	438
Custo total	221	1.381	126	1.728
Depreciação acumulada	(180)	(1.023)	(87)	(1.290)
Valor residual	41	358	39	438
Saldos em 31 de dezembro de 2025	41	358	39	438
Aquisição	-	428	-	428
Alienação	(9)	-	(15)	(24)
Depreciação	(7)	(113)	(4)	(124)
Saldos em 30 de junho de 2026	25	673	20	718
Custo total	134	1.670	51	1.855
Depreciação acumulada	(109)	(997)	(31)	(1.137)
Valor residual	25	673	20	718
Taxas anuais médias de depreciação - %	10%	20%	10%	

Nota 9 – Intangível – softwares

	Softwares
Saldos em 30 de junho de 2025	6
Amortização	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4
Custo total	1.187
Amortização acumulada	(1.183)
Valor residual	4
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4
Amortização	(1)
Saldos em 30 de junho de 2026	3
Custo total	748
Amortização acumulada	(745)
Valor residual	3
Taxas anuais de amortização - %	20%

Nota 10 – Outros passivos

	30/06/2026	31/12/2025
Sociais e estatutárias	481	950
Provisão para imposto de renda	32.755	45.724
Provisão para contribuição social	11.868	17.668
Imposto e contribuição sobre salários	358	447
Provisão PIS, Cofins e ISS	7.469	6.890
Recursos não procurados de grupos encerrados (i)	5	1.773
Provisão para despesas de pessoal	1.856	1.339
Provisão para despesas administrativas (ii)	50.584	26.069
Valores recebidos de consorciados de grupos encerrados	-	196
Taxa de administração recebida antecipada (iii)	494.187	408.297
Provisão p/ perdas com ocorrência de fraudes (iv)	9.107	8.000
Outros	1.161	1.065
Total	609.831	518.418
Circulante	107.306	104.316
Não circulante	502.525	414.102

- (i) Em maio de 2026, a administradora realizou a transferência dos recursos não procurados para Fundo de Garantia de Operações (FGO), em cumprimento à Medida Provisória nº 1.355, de 4 de maio de 2026, e Portaria Normativa do Ministério da Fazenda nº 1.243, de 5 de maio de 2026 capítulo VI.
- (ii) Refere-se, principalmente, às provisões de programa de incentivos e campanhas de vendas.
- (iii) Valores recebidos de taxa administração antecipada registrados conforme Resolução BCB nº 120/2021- CPC 47.
- (iv) Provisão para fazer frente a eventuais irregularidades na comercialização ou contemplação de cotas de consórcio.

Nota 11 – Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes

a. Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes contabilizados.

b. Passivo contingente classificado como “risco de perda provável”

O Sicoob Administradora possui provisão para causas judiciais e as obrigações legais classificadas como risco de perda provável e que puderam ter os valores estimados com suficiente segurança, são provisionadas e estão apresentadas por natureza no quadro a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
(i) Cíveis (1º semestre 2026 – 149 processos e 2025 – 96 processos)	1.862	1.289
(ii) Tributário (1º semestre 2026 – 1 processo e 2025 – 1 processo)	3	3
(iii) Trabalhistas (1º semestre 2026 1 processo e 2025 – 0 processo)	12	-
Total	1.877	1.292

- (i) As ações cíveis discutem, em sua maioria, controvérsias oriundas dos contratos de consórcio e envolvem temas típicos do Direito do Consumidor, como falhas na prestação de serviços, negativa ou atraso na liberação de cartas de crédito, divergências quanto aos valores dos créditos ou das parcelas, cancelamento ou exclusão de cotas, restituição de valores.
- (ii) As ações trabalhistas discutem a responsabilidade subsidiária da Administradora, horas extraordinárias, rescisão do contrato de trabalho e outros temas correlatos à relação de emprego e constrição judicial trabalhista de bens e valores objeto do contrato de consórcio.
- (iii) As ações de natureza tributária discutem critério de avaliação de créditos tributários e responsabilidade solidária da administradora em execução fiscal de consorciado.

b.1) Movimentação das provisões para causas judiciais

Composição	Cíveis	Tributário	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro 2025	1.289	3	-	1.292
Constituições no semestre	1.632	-	12	1.644
Pagamentos no semestre	(951)	-	-	(951)
Reversões no semestre	(108)	-	-	(108)
Saldo em 30 de junho de 2026	1.862	3	12	1.877

c. Passivo contingente classificado “risco de perda possível”

As ações classificadas como risco de perda possível não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas, quando o valor envolvido for relevante. Nesta classificação estão as seguintes contingências:

	30/06/2026	31/12/2025
(i) Cíveis (1º semestre 2026 – 949 processos e 2025 – 677 processos)	87.343	63.818
(ii) Trabalhistas (1º semestre 2026 – 4 processos e 2025 –5 processos)	378	402
(iii) Tributárias (1º semestre 2026 – 2 processos e 2025 – 2 processos)	93	1.350
Administrativos/Procon (1º semestre 2026 – 75 processos e 2025 – 60 processos)	2.020	860
Total	89.834	66.430

- (i) As ações cíveis discutem, em sua maioria, controvérsias oriundas dos contratos de consórcio e envolvem temas típicos do Direito do Consumidor, tais como falhas na prestação de serviços, negativa ou atraso na liberação de cartas de crédito, divergências quanto aos valores dos créditos ou das parcelas, cancelamento ou exclusão de cotas, restituição de valores e embargos à execução decorrentes de processos ativos de cobrança.
- (ii) As ações trabalhistas discutem a responsabilidade subsidiária da Administradora, horas extraordinárias, rescisão do contrato de trabalho e outros temas correlatos à relação de emprego e constrição judicial trabalhista de bens e valores objeto do contrato de consórcio
- (iii) As ações de natureza tributária discutem critério de avaliação de créditos tributários e responsabilidade solidária da administradora em execução fiscal de consorciado.

Nota 12 – Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 12 de fevereiro de 2025, foi aprovado, pela Diretoria Executiva do Banco Sicoob, o aumento do capital social da Instituição no valor de R\$ 101.943. Este montante foi integralizado por meio da incorporação de sua reserva de lucros.

O capital social no 1º semestre de 2026 é de R\$ 549.058, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 549.057.518 cotas, no valor R\$ 1,00 cada uma, pertencentes ao sócio Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob.

b. Reservas de lucros

O Sicoob Consórcios destina 5% do lucro líquido ajustado do período à formação da reserva legal, no 1º semestre de 2026 foi destinado o valor de R\$ 3.409 (1º semestre/2025 – R\$ 3.577). O saldo da reserva legal no 1º semestre de 2026 é de R\$ 23.142 (1º semestre/2025 R\$ 16.599).

Adicionalmente, foi constituída a reserva especial de lucros no 1º semestre de 2026 no valor R\$ 64.767 (1º semestre/2025 – R\$ 67.962). O saldo da reserva especial de lucros no 1º semestre de 2026 é de R\$ 191.231 (1º semestre/2025 – R\$ 67.962).

Nota 13 – Receitas de prestação de serviços

São representadas substancialmente por taxas de administração recebidas de consorciados.

	1º semestre de 2026	1º semestre de 2025
Taxa de veículos/motocicletas	180.319	206.121
Taxa de imóveis	72.523	104.658
Taxa de serviços	5.920	5.126
Outros bens móveis	2.882	1.992
Outras	13.779	6.539
Total	275.423	324.436

Nota 14 – Despesas tributárias

	1º semestre de 2026	1º semestre de 2025
Despesas com ISS	14.205	16.586
Despesas com Cofins	23.416	26.603
Despesas com PIS	5.009	5.703
Total	42.630	48.892

Nota 15 – Ativo Fiscal diferido, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido

a. Ativo e passivo fiscal diferido

Em 30 de junho de 2026 o Sicoob Consórcios possuía constituído a título de ativo fiscal diferido o montante de R\$ 23.366 (2025– R\$ 14.434) e R\$ 2.433 (2025 – R\$ 2.227) constituído a título de passivo diferido tributário. Tanto o ativo quanto o passivo fiscal diferido foram constituídos sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal.

	30/06/2026		31/12/2025	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Ativo fiscal diferido				
Natureza e origem				
Diferenças temporárias:				
Passivos contingentes	1.877	1.877	1.292	1.292
Premiação CNV	3.328	3.328	4.785	4.785
Provisão para risco de crédito	8.301	8.301	7.814	7.814
Provisão incentivo	45.629	45.629	19.303	19.303
Provisão com Fraudes	9.107	9.107	8.000	8.000
Demais provisões	481	481	1.258	1.258
Montante	68.723	68.723	42.452	42.452
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Ativo fiscal diferido constituído	17.181	6.185	10.613	3.821
Não circulante	17.181	6.185	10.613	3.821
Passivo fiscal diferido				
Natureza e origem				
Diferenças temporárias:				
Taxa de Administração – inadimplentes	(7.156)	(7.156)	(6.549)	(6.549)
Montante	(7.156)	(7.156)	(6.549)	(6.549)
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Passivo fiscal diferido constituído	(1.789)	(644)	(1.638)	(589)
Não circulante	(1.789)	(644)	(1.638)	(589)

b. Movimentação

	30/06/2026		31/12/2025	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Saldos em 31 de dezembro de 2025/31 de dezembro de 2024				
Ativo fiscal diferido	10.613	3.821	11.839	4.262
Passivo fiscal	(1.638)	(589)	(1.323)	(476)
Ajuste em resultado	6.417	2.309	(1.934)	(696)
Ativo fiscal diferido constituído	7.913	2.849	7.872	2.834
Ativo fiscal diferido baixado	(1.345)	(485)	(9.491)	(3.417)
Movimentação do passivo diferido	(151)	(55)	(315)	(113)
Ajuste em patrimônio líquido	-	-	393	142
Ativo fiscal diferido constituído (i)	-	-	393	142
Saldos em 30 de junho de 2026/31 de dezembro de 2025				
Ativo fiscal diferido	17.181	6.185	10.613	3.821
Passivo fiscal diferido	(1.789)	(644)	(1.638)	(589)

(i) Efeitos fiscais sobre os ajustes na provisão de perda de aportes aos grupos e taxa de administração, na data base 12/2024 para atendimento à resolução CMN nº 352/2023, registrado na conta de lucros ou prejuízos acumulados.

c. Expectativa de realização do ativo fiscal e passivo fiscal diferido

Com base em estudo realizado pela Administração, considerando-se a expectativa de geração de resultados tributáveis, a realização do ativo fiscal diferido ocorrerá até 2031 e do passivo fiscal diferido em 2026.

	Valor nominal	Valor presente
2026	3.991	3.703
2027	15.168	12.537
2028	1.431	1.075
2029	1.170	799
2030	1.297	806
2031	309	175
Total do ativo fiscal diferido	23.366	19.095
2026		
Total do passivo fiscal diferido	(2.433)	(2.258)

O valor presente do crédito tributário e do passivo diferido foram apurados considerando-se a taxa Selic projetada pelo Bacen para os anos de realização.

d. Imposto de renda e contribuição social

Conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado.

	1º semestre de 2026		1º semestre de 2025	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação	104.634	104.634	109.318	109.318
Resultado de participação nos lucros	(561)	(561)	(450)	(450)
Base de Cálculo	104.073	104.073	108.868	108.868
Alíquota de tributação	25%	9%	25%	9%
	26.018	9.367	27.217	9.798
Efeito tributário sobre diferenças temporárias	6.417	2.309	(491)	(177)
Efeito tributário sobre diferenças permanentes	520	192	388	144
	6.937	2.501	(103)	(33)
PAT	(178)	-	(207)	-
Prorrogação Licença Maternidade/Paternidade	(22)	-	(11)	-
	(200)	-	(218)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	32.755	11.868	26.896	9.765
Imposto de renda e contribuição social corrente – exercícios anteriores	-	-	1.016	366
	32.755	11.868	27.912	10.131

Nota 16 – Despesas de pessoal

	1º semestre de 2026	1º semestre de 2025
Proventos (i)	4.657	4.535
Encargos sociais (ii)	1.789	1.718
Benefícios (iii)	2.315	2.732
Treinamentos	35	44
Remuneração a estagiários	-	40
Total	8.796	9.069

(i) Referem-se principalmente a salários, gratificações e provisões para 13º salário e férias;

(ii) Referem-se principalmente a provisões de INSS e FGTS de funcionários;

(iii) Referem-se principalmente a benefícios de assistência médica e vale-refeição pagos aos empregados.

Nota 17 – Outras despesas administrativas

	1º semestre de 2026	1º semestre de 2025
Comunicações	482	256
Processamento de dados	2.754	2.539
Promoções e relações públicas	1.609	1.338
Publicidade e propaganda	150	-
Serviços do sistema financeiro	655	530
Serviços de terceiros (i)	12.153	9.347
Comissões sobre vendas (ii)	111.641	180.757
Serviços técnicos especializados	466	179
Desp. de depreciação/amortização	125	126
Outras	1.872	1.248
Total	131.907	196.320

- (i) Refere-se principalmente aos serviços prestados de cobrança e serviços terceirizados;
(ii) Refere-se as comissões sobre vendas de consórcio pagas às cooperativas e reconhecidas conforme prazo contratual.

Nota 18 – Outras receitas operacionais

O resultado de outras receitas operacionais no 1º semestre de 2026 foi de R\$ 16.083 (1º semestre/2025 – R\$ 11.104)

	1º semestre de 2026	1º semestre de 2025
Seguro prestamista	8.680	7.279
Atualização cotas consórcios (i)	7.401	2.385
Reversões provisões	2	1.440
Total	16.083	11.104

- (i) Refere-se a atualização dos valores a receber das recompras de cotas canceladas/excluídos adquiridas de consorciados.

Nota 19 – Outras despesas operacionais

O resultado de outras despesas operacionais no 1º semestre de 2026 foi de R\$ 37.005 (1º semestre /2025 – R\$ 3.037).

	1º semestre de 2026	1º semestre de 2025
Comissão/treinamento	–	1.662
Prov. perdas com ocorrência de fraudes	1.107	1.039
Programa de Incentivo (i)	35.873	–
Outros	25	336
Total	37.005	3.037

(i) Programa de incentivo às cooperativas pelas vendas de cotas de consórcios.

Nota 20 – Transações com partes relacionadas

O Sicoob Consórcios possui como partes relacionadas o Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob e o Sistema Sicoob, seus administradores, considerados como “pessoal-chave” da Administração, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgações sobre Partes Relacionadas. Os produtos e serviços são comprados da entidade controladora, com base em termos e condições comerciais normais.

a. Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob

Balanço Patrimonial

Ativo	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos bancários	681	428
Títulos e valores mobiliários (i)	455.306	515.298
Total	455.987	515.726
Passivo	30/06/2026	31/12/2025
Valores a pagar Banco Sicoob	379	268
Total	379	268

(i) O saldo representa as aplicações em CDB líquido de impostos.

Resultado

	1º semestre de 2026	1º semestre de 2025
Receitas com aplicações financeiras	34.732	33.335
Despesas c/prestação de serviços	(1.427)	(1.437)
Total	33.305	31.898

Nota 21 – Outras informações da Administradora

a. Benefícios a empregados – previdência complementar

Em outubro de 2013, o Sicoob Consórcios passou a ser patrocinadora da Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ, constituída em novembro de 2006, que proporciona aos seus participantes e dependentes benefícios de previdência complementares aos da previdência oficial básica na modalidade de contribuição definida.

Em 30 de junho de 2026, o Sicoob Consórcios contava com 109 participantes, as despesas com a Sicoob Previ totalizaram no 1º semestre de 2026 R\$ 186 (1º semestre/2025 R\$ 161).

b. Participação dos empregados no resultado

O Sicoob Consórcios, a partir de 2019, passou a oferecer aos seus funcionários participação nos resultados (PR), calculada conforme Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), de 15 de fevereiro de 2019. Foi provisionado no 1º semestre 2026 R\$ 481 (1º semestre de 2025 R\$ 471) registrados em Outras obrigações – Sociais e estatutárias.

Nota 22 – Principais práticas contábeis para grupos de consórcios

a. Ativo circulante

I. Disponibilidades/Aplicações financeiras

Representam os recursos disponíveis vinculados a contemplações e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos. As aplicações seguem as determinações do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados diariamente ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo, não incidindo sobre estes a taxa de administração.

Os saldos das aplicações financeiras incluem os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos de provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

Os rendimentos decorrentes dessas aplicações financeiras são atribuídos aos grupos por meio de rateios diários proporcionais à participação de cada grupo no total das receitas.

II. Direitos junto a consorciados contemplados

Representam os valores a receber de consorciados contemplados. O montante foi calculado com base no preço vigente do bem na data das demonstrações contábeis.

b. Passivo circulante

I. Obrigações com consorciados

Representam os valores recebidos de Fundo Comum de consorciados não contemplados e grupos em formação.

II. Valores a repassar

Representam os valores devidos pelos Grupos em Andamento, a título de Taxa de Administração, prêmios de seguros, despesas de registro de contratos e custas judiciais.

III. Obrigações por contemplações a entregar

Representam os recursos de consorciados contemplados destinados à aquisição de bens.

IV. Recursos a devolver a consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos.

V. Recursos do grupo

Representam os valores líquidos dos recursos de Fundo de Reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo.

c. Compensação

I. Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de recebimentos de contribuição (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos da taxa de administração e do prêmio de seguro, com base no valor do bem vigente na data das demonstrações contábeis.

II. Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se às contribuições totais (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, com base no valor do bem vigente na data das demonstrações contábeis.

III. Valor dos bens ou serviços a contemplar

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço do bem vigente no período.

d. Demonstração das variações nas disponibilidades de grupos consolidada

Apresenta os recursos coletados e utilizados a valores históricos.

I. Recursos coletados

Representam os recursos coletados dos grupos de consórcio no período e incluem os rendimentos deles decorrentes.

O valor da contribuição mensal para a aquisição de bens recebida dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, do fundo de reserva e dos seguros.

O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo pelo não recebimento de prestações, além de outras possibilidades previstas em lei. O saldo remanescente dos recursos do fundo de reserva de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.

II. Recursos utilizados

Representam os pagamentos realizados pelos grupos, tais como: cartas de crédito, taxa de administração, seguros e outros.

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição para aquisição de bens ou no decorrer do recebimento das prestações.

a. Resumo das operações de consórcios

As operações de consórcios podem ser resumidas como segue:

Operações de Consórcios	30/06/2026	31/12/2025
Grupos administrados	559	539
Consoiciados ativos	508.108	484.404
Consoiciados desistentes ou excluídos – total	154.786	145.743
Consoiciados desistentes ou excluídos – no período	21.413	33.391
Consoiciados contemplados	260.980	254.104
Bens pendentes de entrega	76.091	68.507
Bens entregues – total	184.889	185.597
Bens entregues – no período	29.356	56.377
Taxa de inadimplência	3,62%	3,40%

Nota 23 – Aplicações financeiras – Grupos

As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) podem ser resumidas em:

	30/06/2026	31/12/2025
Cotas de fundos de investimentos (i)	5.326.767	4.754.243

(i) Referem-se à aplicação no Sicoob DI Fundo de Investimento Referenciado DI.

Nota 24– Gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital

I. Gerenciamento de Riscos

O gerenciamento integrado de riscos incluindo, no mínimo, os riscos de crédito, social, ambiental, climático, mercado, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios (GCN) é realizado pela área de Gestão Integrada de Riscos, conforme dispõe a Resolução CMN 4.557/2017. A estrutura de gerenciamento integrado de riscos é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição aos riscos. As atividades relacionadas ao gerenciamento integrado de riscos consideram os objetivos, as políticas, os processos, os sistemas e as estratégias definidas pelas instituições em consonância com as boas práticas de governança corporativa. A estrutura atualmente definida pela Instituição inclui os seguintes aspectos considerados relevantes de acordo com as boas práticas de governança:

- Segregação de funções entre as áreas de negócio e de riscos;
- Definição de alçadas nos diversos níveis hierárquicos;
- Normativos internos onde estão definidas as políticas, as atividades e os processos relativos ao gerenciamento integrado de riscos.

As decisões relacionadas ao gerenciamento integrado de riscos são tomadas de forma colegiada e observam os aspectos definidos nas políticas e nos respectivos manuais. A estrutura de gerenciamento de riscos tem caráter abrangente e está constituída dos seguintes componentes:

- Estrutura Organizacional;
- Estrutura Normativa;
- Sistemas Computacionais;
- Conformidade;
- Validação; e
- Acompanhamento.

II. Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das entidades do Sicoob é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos. As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as entidades do Sicoob aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos pelas entidades do Sicoob. Dispõe de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna. Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontram-se disponíveis no sítio do Banco Sicoob (www.sicoob.com.br) o relatório descritivo das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

Nota 25 – Resultado não recorrentes

No 1º semestre de 2026 e 2025, a Instituição avaliou que não houve resultados não recorrentes.

Nota 26 – Eventos Subsequentes

Não houve eventos subsequentes após 30 de junho de 2026.

Diretoria

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu – Diretor-presidente
Antônio Cândido Vilaça Junior – Diretor
Ênio Meinen – Diretor
Marcelo Carneiro Costa – Diretor
Janderson de Miranda Facchin – Diretor
Marcos Vinicius Viana Borges – Diretor
Rubens Rodrigues Filho – Diretor

Contador

Janderson de Miranda Facchin
CRC-SP 223159/O